

'Moderados' querem economia liberal na Carta

BRASÍLIA — Elaborar uma Constituição liberal no campo econômico, com uma intervenção mínima do Estado, é o objetivo básico do "centrão", grupo formado por "moderados" do PFL, PMDB, PDS, PDC, PL e PTB. Para garantir isto, eles pretendem aprovar emendas que suprimam conquistas na área trabalhista, alterem totalmente o capítulo da reforma agrária e retirem o caráter estatizante dos setores da saúde, educação e ciência e tecnologia.

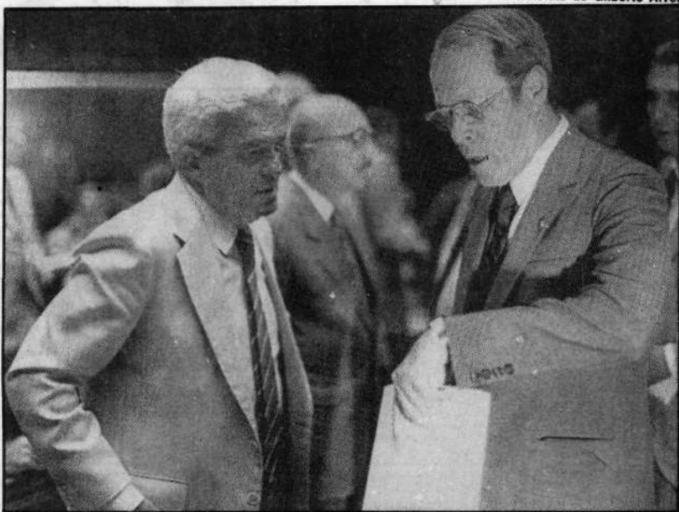
No capítulo dos direitos dos trabalhadores, o "centrão" entende que "foi feita uma verdadeira CLT", segundo o Deputado Afif Domingos (PL-SP). Ele explica que a intenção é jogar a maior parte das questões para a legislação ordinária.

Afif considerou uma vitória do grupo a decisão do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de cancelar o funcionamento concomitante do plenário e da Comissão de Sistematização.

O que se pretendia fazer, com a votação simultânea das duas instâncias da Constituinte, era um flagrante desrespeito ao próprio Regimento Interno. Ninguém pode votar a parte sem conhecer o todo — afirmou.

Segundo o Deputado, a reação dos constituintes "moderados" comprovou a revolta que o sistema imposto pelas lideranças formais provocou na maioria dos constituintes.

Os trabalhos da Constituinte até o momento foram encaminhados por um gargalo de poder, ocupado por forças organizadas e que, como minoria, vinham impondo de forma antidemocrática suas posições à maioria — afirmou. — O plenário se tornou um mero homologador dos conchavos de gabinete. Torna-se necessário repor as condições de soberania do plenário, que, por maioria absoluta dos seus membros, quer ter o direito de apresentar emendas



Amaral Neto e Carlos Sant'Anna conferem o relógio durante a votação

substitutivas a título ou capítulos. É uma oportunidade que não pode ser negada ao plenário, que precisa ter chance de escrever também o novo texto constitucional.

O Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) quer derrubar em plenário as conquistas na área social consideradas irrealistas. A estabilidade, na sua opinião, deverá ser substituída pela indenização progressiva. Mas ele não afasta a possibilidade de um entendimento com a cúpula do PMDB, que defende o primeiro substitutivo, no qual a questão é remetida para a legislação ordinária.

O "centrão" também não admite o pagamento de horas-extras em dobro, o prazo de 120 dias para a licença de gestantes e a imprescritibilidade dos recursos judiciais. A jornada de 44 horas é admitida, mas o grupo preferia remeter também esta ques-

tão para a legislação ordinária. A imissão imediata na posse da terra, nas desapropriações para fins de reforma agrária, é considerada pelo Deputado como "a negação do direito de propriedade".

— É mais uma bandeira política do que uma necessidade real do processo de reforma agrária — disse.

A prioridade do "centrão" é evitar a desapropriação de terras produtivas. O grupo admite a reforma agrária, mas por intermédio de desapropriação de terras improdutivas, de processos de colonização e da aplicação de impostos progressivos.

Na questão do solo urbano, o grupo tem como prioridade garantir que as desapropriações sejam pagas em dinheiro, e não em Títulos da Dívida Pública, como consta do substitutivo. Na área de ciência e tecnologia, o objetivo principal é levar para a le-

gislação ordinária a questão da reserva de mercado.

O texto do capítulo de Saúde é considerado excessivamente estatizante. Os integrantes do grupo criticam principalmente o monopólio do Estado na importação de matéria-prima e instrumentos médicos, cirúrgicos e hospitalares. Luís Eduardo explica que isto "vai gerar contrabando, ineficiência, prejuízos à saúde do povo e ao próprio Fisco".

Numa análise geral, o "centrão" conclui que o texto torna inviável a iniciativa privada, num momento em que a rede pública é ineficiente e não consegue atender nem mesmo razoavelmente à população. Na área de educação, os "moderados" também criticam o excesso de intervenção do Estado. Eles não admitem a destinação das verbas públicas exclusivamente para as escolas oficiais, mesmo com as exceções previstas. Entendem que deve ser viabilizada a distribuição de bolsas de estudo em escolas particulares.

No capítulo de tributação, a principal crítica é à redistribuição de recursos da União para Estados e Municípios sem uma correspondente redistribuição de encargos. Para eles, a medida poderá gerar um desequilíbrio orçamentário, que acabará onerando o contribuinte, por intermédio do pagamento de mais impostos. O pagamento de pensão integral para viúvas é lembrado como típico exemplo da aprovação de um benefício sem a contrapartida de recursos para a sua efetivação.

O "centrão" também quer derrubar em plenário alguns artigos considerados excêntricos, como o que proíbe a penhora de propriedades de até 25 hectares. Os proprietários destas terras acabarão prejudicados, pela impossibilidade de fazerem investimentos, argumenta o grupo.

Grupo começa o trabalho pelos dois primeiros títulos do texto de Cabral

BRASÍLIA — A comissão do grupo "moderado" conhecido como "Centrão", que foi encarregada de elaborar as emendas substitutivas ao anteprojeto de Constituição, começa a trabalhar hoje nas propostas relativas aos dois primeiros títulos: Princípios Fundamentais e Direitos e Liberdades Fundamentais. Em reunião na noite de terça-feira, foram designadas três comissões para orientar e acompanhar as diferentes etapas dos trabalhos do bloco na Constituinte.

Segundo o Deputado José Lins (PFL-CE), coordenador da comissão temática encarregada de elaborar e difundir as emendas que o bloco irá apoiar em plenário, a necessidade de esquematizar o trabalho dos constituintes do chamado "Centro liberal" surgiu da constatação de que a maioria que o "Centrão" afirma ter em plenário precisava de um ordenamento para atuar em conjunto.

José Lins disse que está havendo muita distorção sobre os verdadeiros objetivos do bloco que, segundo disse, não pretende afrontar a soberania da Constituinte.

Ele disse que o grupo pretende colaborar para a redação de um texto constitucional "menos xenófobo e estatizante", mas incorporando todas aquelas conquistas sociais que a realidade da economia brasileira possa suportar.

— Pretendemos manter os avanços desde que não tenham conseqüências funestas para a Nação — disse.

Neste primeiro período de apresentação de destaques aos títulos I e II, o grupo apresentou cerca de 300 emendas, mas já admite reduzir este número para 60, com o início dos entendimentos e acordos que se farão necessários a partir de agora para



José Lins: muitas distorções

viabilizar as votações.

— Depois de seguidas reuniões, onde o grupo debateu exaustivamente o substitutivo do Relator Bernardo Cabral, chegou-se à conclusão de que grande parte do texto é bom. Não pretendemos alterar mais do que 20 por cento das propostas.

Hoje, o grupo vai completar a composição da comissão de plenário e escolher o coordenador deste trabalho. Essa comissão será responsável pela orientação dos votos do grupo no plenário. O esquema prevê a ação de 20 constituintes em plenário, cada um encarregado de coordenar um grupo de 12 a 15 constituintes. Por fim, há a comissão de apoio, encarregada de manter o grupo informado sobre o andamento dos trabalhos.

Lista não é entregue e já há quem esteja retirando sua assinatura

BRASÍLIA — Quantos são, afinal, os constituintes que querem alterar o Regimento Interno da Constituinte através de um projeto de resolução? O "Centrão", que prometia apresentar a lista ontem ao Deputado Ulysses Guimarães, adiou para outra ocasião, que poderá ser o final dos trabalhos da Sistematização. Os números, até o início da noite, variavam de 271 até 287, ultrapassando os 280 da maioria absoluta, mas a lista não foi mostrada. Ao mesmo tempo, começou a ser divulgado outro placar: o dos que estão retirando os nomes da lista.

Tanto o Líder do "Centro Democrático", Expedito Machado, como o Líder do PDS, Amaral Neto, dizem que as assinaturas chegaram a 300. Mas ninguém sabe ao certo o que será feito com esta maioria, uma vez que ela serve para alterar o Regimento, e não para mudar o texto constitucional.

O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, diz que com o Regimento alterado poderá fazer valer que uma emenda com 280 assinaturas seja destacada preferencialmente em relação ao texto do substitutivo. Caso seja aprovada — o que seria praticamente certo — prejudicaria todas as outras. Mas esta vantagem, de acordo com o Líder Fernando Henrique Cardoso, vale para todos aqueles que conseguirem majorias na votação dos artigos.

A confusão sobre a vantagem ideológica do número de assinaturas para a mudança do Regimento começou quando o Deputado Roberto Cardoso Alves, no início da tarde, anunciava que 267 constituintes ha-



Expedito acredita em 300 nomes

viam aderido à tese do "Centrão". Fernando Gasparian já estava na tribuna retirando a sua assinatura, firmada inadvertidamente há dez dias.

— O Darcy Pozza, no início da semana passada, me pediu que assinasse uma solicitação para que o Presidente da Constituinte abrisse um novo prazo para a entrega de emendas. Eu concordei e assinei. Mas nunca para mudar Regimento Interno ou para caracterizar como proposta da direita, como está sendo — disse Gasparian.

Antes mesmo de receber o documento, o secretário da Mesa, Paulo Afonso, já tinha em seu poder, no

final da tarde, cinco pedidos de retirada de assinatura. Além de Gasparian, retiraram assinaturas os Deputados Chico Humberto (PDT-MG), Adroaldo Streck (PDT-RS), José Fernandes (PDT-AM), João de Deus (PDT-RS), Gonzaga Patriota (PMDB-PE), Michel Temer (PMDB-SP), José Maria Eymael (PDC-SP), Sandra Calvalcanti (PFL-RJ), Mendes Canale (PMDB-MT) e Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG).

Ontem à noite, no Palácio do Planalto, Roberto Cardoso Alves anunciava que o número de assinaturas chegara a 287. No Congresso, Amaral Neto, confirmava 281 e dizia que o projeto não seria entregue ontem "por uma questão de segurança".

No entanto, a Liderança do PMDB na Constituinte e a esquerda já estavam concordando com a alteração.

— Isso pode ser até uma providência saneadora, já que os constituintes poderiam atualizar suas propostas de acordo com o que foi apresentado na Sistematização — disse Mário Covas.

— A direita estava tentando capitalizar as insatisfações de vários setores. Agora o movimento fica esvaaziado — interpretava José Genoíno, depois das decisões de Ulysses Guimarães.

A mesma interpretação foi dada pelo Líder do PCB, Roberto Freire:

— Eles queriam provocar um fato político e conseguiram. Mas não passa daí — disse.

— É um fato novo. Vamos, a partir de agora, tomar decisões a partir da maioria — retrucou o Líder Carlos Sant'Anna.

Governo segue com interesse, mas não interfere

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney está acompanhando com interesse o movimento do "Centrão" da Constituinte que pretende alterar o Regimento Interno para permitir a apresentação de substitutivo no plenário, informou ontem o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que negou, contudo, qualquer interferência e participação do Presidente na criação do movimento.

— O Governo tem apresentado alternativas e participado com interesse da Constituinte, mas o Presidente Sarney não está estimulando esse movimento para a alteração do regimento — disse o Ministro, antes de receber o Deputado Roberto Cardoso

Alves (PMDB-SP) que lhe foi levar dados precisos sobre as assinaturas já reunidas pelo grupo para aprovar o projeto de resolução.

O Ministro Costa Couto negou, também, que o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, já houvesse sido acionado pelo Governo para elaborar um substitutivo ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Segundo ele, Saulo Ramos se encontra em Paris e só voltará no próximo dia 18. Desse modo, considerou "improcedente" qualquer atuação, naquele sentido, do Consultor Geral.

No entender de Costa Couto, se a maioria aprovar a alteração do Regimento, as decisões da Constituinte

poderão avançar com mais velocidade. Em relação à hipótese de Sarney propor eleições diretas para o próximo ano, o Ministro afirmou que essa idéia não foi examinada pelo Presidente, mesmo porque conflita com a sua posição a favor do mandato de cinco anos.

Costa Couto disse também que o Presidente Sarney está conversando com os constituintes, não só os presidencialistas como também os parlamentaristas, mas que não abriu mão da sua convicção. Pelos cálculos apresentados ao Gabinete Civil pelos parlamentares afinados com o Governo, o presidencialismo terá maioria no plenário.